

---

# **Carta de Nairobi sobre a Transformação do Financiamento da Educação**

---

**Colaboração para a Aprendizagem sobre o  
Financiamento da Educação, África**

Nairobi, April 2026

## Preâmbulo

Nós, organizações da sociedade civil de toda a África, que fazemos parte da Colaboração de Aprendizagem «Education Out Loud» (EOL) sobre o Financiamento da Educação em África, reunimo-nos em Nairobi do 21 ao 24 de Abril de 2026:

- Reconhecemos os esforços significativos envidados pela maioria dos governos africanos para promover o direito à educação, muitas vezes em circunstâncias difíceis.
- Reafirmamos que a educação é um direito humano fundamental e um bem público.
- Afirmamos que o actual financiamento da educação continua a ser insuficiente, desigual e limitado pela fraca mobilização de recursos internos, pelo peso da dívida, pelas desigualdades financeiras globais e pelas medidas de austeridade.
- Manifestam profunda preocupação pelo facto de muitos governos africanos não só não estarem a cumprir os parâmetros de referência reconhecidos em matéria de financiamento da educação, como estarem, na verdade, a reduzir a percentagem das dotações orçamentais destinadas à educação.
- Salientam que o financiamento deve ser orientado pelo que é necessário para proporcionar uma educação gratuita, de qualidade e inclusiva, e não apenas pelos recursos disponíveis no âmbito de medidas restritas, impostas externamente e frequentemente arbitrárias de «espaço orçamental».
- Afirmamos a importância crucial dos compromissos com a transparência, a responsabilização e o impacto a longo prazo — garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás.
- Encorajar os governos a aprender com e a implementar abordagens para determinar o Custo da Educação de Qualidade por Aluno, em consonância com as experiências no Brasil, Essuatíni, Uganda, Moçambique e Cabo Verde.
- Apelamos os nossos governos a avançarem rapidamente no cumprimento dos compromissos financeiros assumidos na Cimeira de Transformação da Educação dos Chefes de Estado da ONU, em 2022: investir mais, de forma mais equitativa e mais eficiente na educação.

Reconhecemos a importância de garantir uma reposição total da Parceria Global para a Educação (GPE) e da «Educação Não Pode Esperar» (ECW) ainda este ano. No entanto, estamos preocupados com as narrativas problemáticas dos doadores em torno da pobreza de aprendizagem e do ensino básico, que menoscama o direito à educação. Afirmamos que, embora a ajuda e os empréstimos para a educação possam desempenhar um papel, precisamos de uma mudança de mentalidade mais ampla para nos concentrarmos mais na maximização da mobilização de recursos nacionais para a educação – o que requer tanto uma acção sustentada por parte dos governos nacionais como uma acção internacional coordenada para alterar as regras e políticas globais que prejudicam o financiamento da educação.

---

## Nosso apelo à acção: Financiamento sustentável para o futuro da educação

### 1. Aumentar a percentagem dos orçamentos públicos atribuídos à educação para, pelo menos, 20% do orçamento nacional e/ou 6% do PIB

- A Declaração de Incheon e o Quadro de Acção «Educação 2030» comprometeram todos os governos a cumprir os objectivos de destinar 15 a 20 % do orçamento nacional e 4 a 6 % do PIB à educação.
- A declaração afirmou também que os países de rendimento mais baixo, com disparidades significativas em termos de equidade e qualidade, precisam de atingir ou exceder 20% do orçamento nacional e/ou 6% do PIB.
- É importante garantir que a percentagem do orçamento nacional usado na educação seja calculada e comunicada com base no orçamento disponível antes, e não depois, do serviço da dívida (o que é crucial para mostrar o impacto real das crises da dívida).

### 2. Aumentar a dimensão dos recursos públicos através da justiça fiscal e de medidas relativas à dívida

#### Promover a tributação progressiva

- Aumentar os rácios impostos/PIB para financiar de forma sustentável a educação pública. Dados do FMI mostram que os países de rendimento mais baixo poderiam aumentar os rácios impostos/PIB em, pelo menos, 5 pontos percentuais do PIB até 2030, permitindo duplicar os orçamentos para a educação e aumentos significativos na saúde e noutras despesas públicas.
  - Tomar medidas urgentes para se concentrar na obtenção dessas receitas adicionais através de reformas progressivas, sensíveis às questões de género e equitativas, incluindo:
    - Acabar com incentivos fiscais e isenções prejudiciais
    - Reformar a tributação no sector extractivo
    - Anular ou renegociar tratados fiscais injustos e tratados de dupla tributação, alguns dos quais datam da era colonial
    - Colmatar lacunas que permitem a evasão e a elisão fiscais
    - Reforçar a tributação justa das empresas
    - Expandir a tributação progressiva do rendimento e da riqueza
  - Apoiar a finalização de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional, vinculativa, ambiciosa e progressiva, até 2026, e a sua adopção em 2027.
-

---

## Rejeitar a austeridade e proteger a educação pública

Rejeitar políticas que limitem o investimento público, incluindo: as orientações do FMI no sentido de reduzir ou congelar a massa salarial do sector público que afectam a profissão docente e cortes ou restrições mais amplas à despesa pública global com serviços públicos. Opor-se a medidas de carácter ideológico que promovam a privatização da educação, aumentando invariavelmente as desigualdades; e a parcerias público-privadas mal sucedidas que transfiram encargos injustos para o sector público a fim de facilitar a obtenção de lucros privados. Proteger explicitamente o financiamento de áreas críticas, tais como os salários dos professores, a inclusão, a equidade e o desenvolvimento de infra-estruturas.

## Abordar a crise da dívida

### Apoiar e promover:

- O alívio e o cancelamento da dívida, nos casos em que o peso da dívida limita o financiamento da educação. Qualquer país que gaste mais no serviço da dívida do que na educação deve ter acesso a um processo acelerado de reestruturação/cancelamento da dívida.
- Uma arquitectura global da dívida justa e transparente, incluindo o início de negociações para uma Convenção-Quadro da ONU sobre a Dívida Soberana.
- Maior transparência e responsabilização por parte dos governos nacionais no que diz respeito à gestão da dívida pública.
- Progressos nas reparações pelo comércio transatlântico de escravos (em conformidade com a recente resolução da ONU), pelos danos climáticos decorrentes da apropriação atmosférica (conforme reconhecido pela UNFCCC) e pela extracção generalizada de recursos durante a era colonial. Estas são dívidas do Norte Global para com África, que são muito superiores às dívidas externas de África.

## 3. Aumentar a sensibilidade dos orçamentos para a educação

O financiamento deve reduzir activamente a desigualdade e eliminar as barreiras à educação de qualidade. Assegurar que os orçamentos para a educação sejam equitativos, inclusivos e sensíveis às necessidades. Isto inclui dar prioridade a investimentos que abordem desigualdades estruturais, tais como:

- Infra-estruturas acessíveis, sensíveis às questões de género e inclusivas
  - Professores bem formados, capazes de apoiar a educação inclusiva, nomeadamente em conformidade com a declaração sobre escolas seguras
  - Apoio direccionado para comunidades rurais e marginalizadas
  - Distribuição equitativa de professores e incentivos
  - Desenvolver e implementar quadros de alocação baseados na equidade que abordem explicitamente as situações de desvantagem
-

## 4. Transformar o papel dos actores internacionais no financiamento da educação

A expansão do espaço fiscal requer tanto reformas internas como justiça financeira global. Por isso, apelamos também à comunidade internacional — incluindo doadores bilaterais, instituições financeiras internacionais e organismos de governação global — para :

- Apoiar uma ambiciosa Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional que esteja em conformidade com o direito dos direitos humanos, promova a igualdade interseccional e o desenvolvimento sustentável e garanta uma atribuição justa dos direitos de tributação — a ser finalizada em 2027
- Apoiar o início das negociações sobre uma Convenção-Quadro da ONU sobre a Dívida Soberana, que continua a ser uma exigência prioritária do Grupo Africano na ONU.
- Acabar com os sistemas globais que permitem o abuso fiscal e os fluxos financeiros ilícitos
- Cancelar a dívida e concretizar medidas de mecanismos de reestruturação justos e transparentes
- Alinhar as políticas das instituições financeiras internacionais com as obrigações em matéria de direitos humanos e o financiamento da educação pública
- Proporcionar um financiamento previsível, baseado em subvenções, que reforce os sistemas públicos. Assegurar que 20 % de toda a ajuda seja destinada à educação, tal como acordado na Cimeira «Transforming Education» (para alinhar a ajuda à educação com a percentagem dos orçamentos nacionais que se espera que os governos dediquem à educação).

## 5. Comprometer-se com a análise dos orçamentos da educação

Apelamos à total transparência orçamental e de despesas por parte dos governos — e comprometemo-nos, enquanto organizações da sociedade civil, a:

- Acompanhar o recurso ao longo de todo o ciclo orçamental e apoiar a participação da comunidade e a prestação de contas
- Reforçar a análise independente do financiamento da educação
- Construir e manter ligações para a defesa colectiva, incluindo a ligação entre ligações de educação e ligações fiscais e de dívida
- Envolver governos e parlamentos para exigir: transparência, equidade, financiamento acrescido e eficaz.

O escrutínio é essencial para garantir que os recursos cheguem aos mais necessitados e sejam utilizados de forma eficaz.

## Conclusão

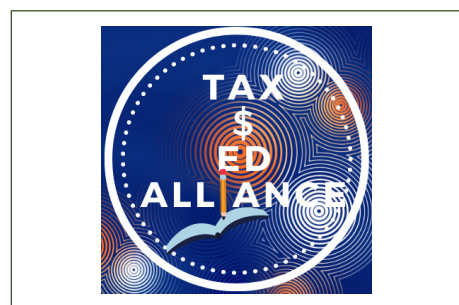
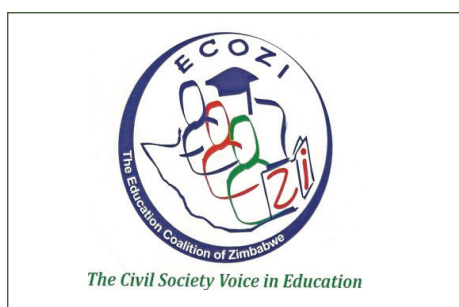
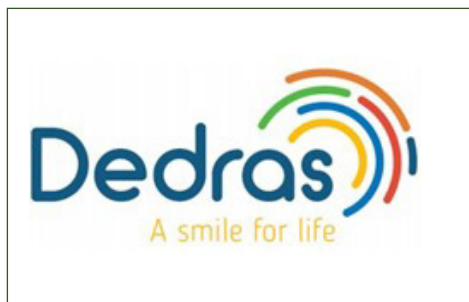
O financiamento da educação deve basear-se no que a qualidade exige, em vez de ser condicionado por modelos que limitam o direito das crianças africanas ao acesso a uma educação de qualidade. Rejeitamos o foco dos doadores na aprendizagem básica e em resultados de aprendizagem restritos, bem como a concepção de «pobreza de aprendizagem». Apoiamos activamente a adopção de quadros de financiamento que reflectam o custo real da implementação de sistemas de educação de qualidade, incluindo abordagens normativas de cálculo de custos baseadas nos direitos, como o Custo da Educação de Qualidade por Aluno (CAQi), que já está a ser testado em vários países pelos membros da colaboração de aprendizagem, para compreender melhor o custo adequado a concretização do direito à educação. Exigimos que todos os governos e actores empenhados na educação de direito aumentem a dimensão global dos orçamentos públicos, a percentagem dos orçamentos atribuída à educação, a sensibilidade das despesas com base na equidade e o escrutínio das despesas na prática.

**Assinado por:** \_\_\_\_\_

## Endorsed by participating organisations

The logo for Actionaid, featuring the word "actionaid" in a bold, red, lowercase sans-serif font.The logo for ADDA Girl Education Foundation, consisting of a stylized graphic of three overlapping shapes in blue, orange, and yellow, followed by the text "ADDA Girl Education Foundation" and the tagline "From Cradle to Leadership" in a smaller font.The logo for PRETECR, featuring a blue outline of a house with a green diamond-shaped emblem inside containing the word "PRETECR" and the text "PRETECR" in large blue letters below it.The logo for the Brazilian Campaign for the Right to Education, featuring a stylized graphic of an open book with colorful pages (blue, green, yellow, orange) and the text "BRAZILIAN CAMPAIGN FOR THE RIGHT TO EDUCATION" below it.The logo for OXFAM, featuring a green circular emblem with a white stylized figure and the word "OXFAM" in large green letters to the right.The logo for the Coalition Nationale pour l'Education Pour Tous, featuring a circular emblem with the text "Coalition Nationale pour l'Education Pour Tous" and "Burkina Faso" around the perimeter, and three small colored squares (red, yellow, green) at the bottom with the letters "C.N", "EPT", and "BF" respectively.

## Endorsed by participating organisations



## Endorsed by participating organisations

